

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 897.677 - RS (2016/0088320-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : N B  
**ADVOGADOS** : KATIA MANDELLI BAUER - RS021560B  
RAQUEL DESSBESELL BOHRER - RS070332  
**AGRAVANTE** : L U B  
**ADVOGADOS** : LUIZ CARLOS ALVIM OLIVEIRA - RS028276  
LUCI URBANO BAZILA - RS037299  
EDEGAR GARCIA TORRES - RS030377  
**AGRAVADO** : OS MESMOS

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE DIVÓRCIO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. **1.** NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. **2.** PRETENSÃO DE AFASTAMENTO DA MULTA PREVISTA NO ART. 1.026, § 2º, DO CPC/2015 (CORRESPONDENTE AO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/1973). REEXAME DE PROVAS. DESCABIMENTO. SÚMULA 7/STJ. **3.** ALEGAÇÃO DE ALTERAÇÃO NA PARTILHA DE BEM MÓVEL E DAS DÍVIDAS CONTRAÍDAS. REVISÃO OBSTADA PELA SÚMULA 7/STJ. **4.** AGRAVO DE N.B. CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

**DECISÃO**

Na origem, L.U.B. ajuizou ação de divórcio litigioso contra N.B., objetivando a decretação do divórcio, a partilha dos bens obtidos durante o casamento em regime de comunhão universal, a fixação de alimentos, assim como o pagamento de indenização por dano moral. O pedido de alimentos provisórios foi indeferido.

O Juízo de primeiro grau julgou parcialmente procedente a ação para decretar o divórcio entre as partes e determinar a partilha dos bens amealhados, bem como condenou as partes ao pagamento de 50% das custas e honorários advocatícios arbitrados em R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), para cada um, suspenso, contudo, em razão da assistência judiciária concedida à ora demandante (e-STJ, fls. 1.355-1.366).

Interpostos recursos de apelação por ambas as partes, a Oitava Câmara

Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul decidiu, por unanimidade, não conhecer do aditamento à apelação e do agravo retido; conhecer parcialmente do apelo da autora e, nessa parte, dar-lhe parcial provimento; e conhecer parcialmente do apelo do réu e, nessa parte, negar-lhe provimento, em aresto assim ementado (e-STJ, fls. 1.658-1.660):

APELAÇÕES CÍVEIS. ADITAMENTO E AGRAVO RETIDOS. NÃO CONHECIMENTO. AÇÃO DE DIVÓRCIO. DATA DA SEPARAÇÃO FÁTICA. ALTERAÇÃO DO MARCO ESTABELECIDO NA SENTENÇA. PARTILHA. INCLUSÃO NO ACERVO DOS VALORES RECEBIDOS PELO VARÃO EM DEMANDA JUDICIAL DECORRENTE DO LABOR EXERCIDO DURANTE O MATRIMÔNIO. INEXISTÊNCIA DE DÉBITO PERANTE A CEF A SER PARTILHADO. NO REMASCENTE, EM RELAÇÃO À PARTILHA, MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. FIXAÇÃO DE ALIMENTOS EM FAVOR DA EX-MULHER E CONDENAÇÃO DO VARÃO POR DANOS MORAIS. DESCABIMENTO.

1. As decisões proferidas em sede de aclaratórios não alteraram o comando sentencial, razão por que o aditamento à apelação apresentada pela autora não pode ser conhecido, assim como o agravo retido interposto, cuja apreciação foi reiterada apenas no aditamento.

2. Apesar da sua fragilidade probatória, a data indicada no registro de ocorrência policial lavrado pela autora deve ser considerada para delimitação do marco final da relação (14.03.2008), já que absolutamente nada foi apresentado aos autos pelo réu para confortar sua alegação de que a ruptura teria ocorrido ainda em dezembro de 2007, marco que reconhecido na origem. Sentença reformada no ponto.

3. Caso em que o varão, servidor público federal, na constância do matrimônio, ajuizou ação em face da União, recebendo posteriormente as verbas reclamadas, respeitantes ao labor exercido durante a relação, as quais integram o acervo partilhável, como defendido pela autora. Precedentes do STJ e desta Corte de Justiça. Sentença reformada no ponto.

4. Havendo verossimilhança na alegação do varão de que utilizou parte do valor proveniente da referida demanda judicial na aquisição do veículo de placa IIN 1589 (levantamento do valor e aquisição em janeiro de 2008), e considerando o reconhecimento de que o direito de meação da autora incide sobre a integralidade desses recursos, resta inviabilizada a pretendida partilha do veículo, sob pena de *bis in idem*.

5. Corretamente determinada na origem que a partilha do veículo de placa ICK 2300 e da moto de placa INA 9379 ocorra com base no valor da Tabela FIPE ao tempo da separação, com incidência da correção monetária desde essa data e juros de mora desde a prolação da sentença.

6. A partilha do veículo de placa EWY 1965, como determinado na sentença, deve ocorrer com base na avaliação a ser realizada na fase de liquidação de sentença, considerado seu valor ao tempo da

separação, pois ausente nos autos documentação que permita sua avaliação pela Tabela FIPE, com incidência da correção monetária desde a data da separação e juros de mora desde a prolação da sentença.

7. Não se desincumbiu a autora de comprovar sua alegação de que ao tempo da separação o casal titulava um triciclo, sendo inviável sua pretensão de partilha.

8. Do mesmo modo, não comprovou a autora que, além dos quatro aviões aeromodelos de controle remoto reconhecidos pelo varão, cuja partilha foi determinada na origem, o casal titulava outros cinco ao tempo da ruptura.

9. A partilha dos quatro aviões aeromodelos deve ocorrer com base na avaliação a ser realizada na fase liquidatória, como determinado na sentença, considerado seu valor ao tempo da separação, com incidência da correção monetária desde a data da separação e juros de mora desde a prolação da sentença.

10. Os pedidos do varão de partilhamento do valor econômico atribuído à permissão para exploração do serviço de táxi, prefixo 4174, bem como de partilha dos rendimentos auferidos em razão da locação pela autora do imóvel matriculado sob o nº. 29.939, traduzem inovação recursal, pois pretensões não discutidas durante a tramitação do feito. Não conhecimento da insurgência no ponto.

11. Carece a autora de interesse recursal ao defender a incomunicabilidade do veículo vinculado ao prefixo 4174, de placa IOM 4101, cuja partilha não foi determinada na sentença.

12. Integram o acervo partilhável as dívidas bancárias contraídas pelo réu durante o matrimônio e não quitadas até a data ruptura da relação, no que se enquadram os débitos remanescentes provenientes dos empréstimos contraídos junto ao Banco Santander (duas parcelas no valor de R\$ 1.174,25, cada, que foram pagas pelo réu depois da separação), perante o Banco BMC, o Banco Alfa e o Banco do Brasil, objeto de ações judiciais, os quais devem ser apurados em liquidação de sentença.

13. Ausente dívida perante a CEF a ser partilhada entre o casal, pois os documentos apresentados pelo varão revelam sua quitação antes da ruptura. Sentença reformada no ponto.

14. A obrigação alimentar entre os cônjuges decorre do dever de mútua assistência, persistindo mesmo após a dissolução do casamento, desde que comprovada a carência de recursos por parte de um deles (arts. 1.566, III, e 1.694, Código Civil). Caso em que a autora não demonstrou sua efetiva necessidade pelos alimentos reclamados, ônus que lhe competia, não tendo comprovado a ausência de condições para prover a própria subsistência.

15. Não havendo comprovação acerca da prática de ato ilícito passível de reparação no âmbito econômico-financeiro, descabida a estipulação de indenização a título de dano moral, postulada, no caso, em razão da alegada infidelidade do varão, ocorrência que sequer foi comprovada. ADITAMENTO À APELAÇÃO E AGRAVO RETIDO NÃO CONHECIDOS. APELO DA AUTORA PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, PARCIALMENTE PROVIDO.

APELO DO RÉU PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, DESPROVIDO.

Opostos embargos de declaração por ambas as partes, foram rejeitados (e-STJ, fls. 1.763-1.775 e 1.777-1.781).

Foram opostos novos embargos declaratórios pelas partes, os quais também acabaram rejeitados (e-STJ, fls. 1.798-1.802 e 1.804-1.808).

Os embargos de declaração opostos por N.B. foram rejeitados com aplicação de multa, nos termos do art. 538, parágrafo único, do CPC/1973 (e-STJ, fls. 1.820-1.825).

Nas razões do recurso especial, **N.B.**, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, alegou, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 535, II, e 538 do CPC/1973, e 1.667 do CC/2002, com base nos seguintes argumentos: **a)** omissão no acórdão recorrido acerca "da inclusão no plano de partilha do veículo IOM 4101, haja vista que adquirido em 28/12/2007 quando ainda não havia ruptura da vida conjugal, conforme decisão proferida no acórdão apelação nº 70064427628" (e-STJ, fl. 1.897); **b)** necessidade de manifestação em relação à partilha do veículo de placas IOMG 4101 adquirido pela parte recorrida em 28/12/2007, assim como dos débitos e créditos advindos do período, ou seja, até março de 2008; e **c)** afastamento da multa aplicada no julgamento dos embargos de declaração opostos na origem, tendo em vista que não tinham intuito protelatório.

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 1.077-2.022).

O Tribunal local não admitiu o processamento do recurso especial ante a ausência de ofensa ao art. 535 do CPC/1973, bem como pela incidência da Súmula 7 do STJ e pela impossibilidade de análise do dissídio jurisprudencial em razão do óbice da Súmula 7/STJ.

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante mencionar que, nos termos do Enunciado Administrativo n. 2 do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973

(relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

Consoante análise dos autos, a alegação de violação ao art. 535 do CPC/1973, atual art. 1.022 do CPC/2015, não se sustenta, uma vez que o Tribunal de origem examinou, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial na medida necessária para o deslinde da controvérsia, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.

É o que se observa da fundamentação adotada no julgamento dos primeiros embargos de declaração, no qual notadamente esclareceu que (e-STJ, fl. 1.780):

Com relação ao veículo Fiat/Siena, placa 10M 4101 (fl. 180), não há falar em omissão no aresto, uma vez que o pedido de sua inclusão não foi veiculado pelo embargante em suas razões de apelação, nas quais se limitou a postular a partilha do valor econômico atribuído à permissão para exploração do serviço de táxi, prefixo 4174 (fl. 1400), embora desacolhida na origem a pretensão de partilha do veículo vinculado ao prefixo, não podendo passar despercebido, ainda, que a incomunicabilidade desse bem foi objeto de acordo entre os próprios litigantes (fl. 543).

Do mesmo modo, não há falar em erro material no dispositivo.

Isso porque a partilha de dívidas contraídas em nome do embargante e não quitadas durante a constância do matrimônio já havia sido determinada na sentença (fl. 1.279, verso), tendo o Colegiado, a esse respeito, dado parcial provimento à irrisignação apresentada pela embargada, apenas para excluir do acervo o débito havido perante a CEF (fl. 1.548 e verso), não tendo havido nenhuma reforma da sentença em favor do embargante, ao contrário do que sugere.

Nos segundos embargos declaratórios opostos pela parte agravante, consignou que (e-STJ, fls. 1.806-1.807):

É possível extrair pelo teor da motivação de seus embargos que o embargante, na verdade, pretende rediscutir a matéria já decidida, objetivo para que não se prestam os embargos de declaração, na medida em que o Colegiado explicitou de maneira clara e precisa, por ocasião do julgamento dos aclaratórios antes opostos, que, "*com relação ao veículo Fiat/Siena, placa 10M 4101 (fl. 180), não há falar em omissão no aresto, uma vez que o pedido de sua inclusão não foi veiculado pelo embargante em suas razões de apelação, nas quais se limitou a postular a partilha do valor econômico atribuído à permissão para exploração do serviço de*

*táxi, prefixo 4174 (fl. 1400), embora desacolhida na origem a pretensão de partilha do veículo vinculado ao prefixo, não podendo passar despercebido, ainda, que a incomunicabilidade desse bem foi objeto de acordo entre os próprios litigantes (fl. 543)" (fl. 1.636).*

Assim, ao contrário da alegação ventilada na insurgência, tenho que inexistente, uma vez mais, omissão no julgado, mormente porque, repito, todas as questões necessárias para solucionar a controvérsia posta no recurso foram cuidadosamente apreciadas (v. g., ED nº 70042537589, 78 CC, TJRS, Relator Roberto Carvalho Fraga, 08/06/2011; ED nº 70022643746, 88 CC, TJRS, Relator Luiz Ari Azambuja Ramos, 24/01/2008).

Por fim, extrai-se dos terceiros embargos de declaração opostos pelo recorrente o seguinte (e-STJ, fls. 1.823-1.824):

Realço que contra o acórdão proferido na AC nº. 70064427628 (fls. 1.540/1.550), o embargante já opusera os Embargos de Declaração nos 70065707705 e 70066344508, postulando a rediscussão e o prequestionamento da matéria (fls. 1.622/1.624 e 1.648/1.650), insurgências estas que restaram desacolhidas por este Colegiado (fls. 1.635/1.636 e 1.656/1.659).

Nas ocasiões, foi explicitado que a parte embargante, pelo teor da motivação de seus embargos, na verdade, pretendia rediscutir a matéria já decidida, objetivo para que não se prestam os embargos de declaração, na medida em que o Colegiado explicitou de maneira clara e precisa que, "*com relação ao veículo Fiat/Siena, placa IOM 4101 (fl. 180), não há falar em omissão no aresto, uma vez que o pedido de sua inclusão não foi veiculado pelo embargante em suas razões de apelação, nas quais se limitou a postular a partilha do valor econômico atribuído à permissão para exploração do serviço de táxi, prefixo 4174 (fl. 1400), embora desacolhida na origem a pretensão de partilha do veículo vinculado ao prefixo, não podendo passar despercebido, ainda, que a incomunicabilidade desse bem foi objeto de acordo entre os próprios litigantes (fl. 543)" (fl. 1.636).*

Assim, ao contrário da alegação ventilada na insurgência, tenho que inexistente, uma vez mais, omissão no julgado, tendo as questões necessárias para solucionar a controvérsia posta no recurso sido cuidadosamente apreciadas.

Por outro lado, a oposição de três embargos de declaração com a pretensão de rediscussão do julgado revela inadmissível intuito protelatório, que deve ser repellido e combatido, razão por que aplico ao embargante a multa de 1% do valor atualizado da causa, nos termos do art. 538, parágrafo único, do CPC, advertindo, desde já, que a reiteração ensejará elevação da multa para o percentual de 10%.

Desse modo, tendo o Tribunal *a quo* motivado adequadamente sua decisão,

solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese, não há que se afirmar que a Corte estadual omitiu-se apenas pelo fato de ter o aresto impugnado decidido em sentido contrário à pretensão da parte.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO DE PERDAS E DANOS. ART. 535 DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. PRODUÇÃO DE PROVAS. LIVRE CONVENCIMENTO DO JULGADOR. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Os vícios a que se refere o artigo 535, I e II, do CPC/1973 são aqueles que recaem sobre ponto que deveria ter sido decidido e não o foi, e não sobre os argumentos utilizados pelas partes, sendo certo que não há falar em omissão simplesmente pelo fato de as alegações deduzidas não terem sido acolhidas pelo órgão julgador.

[...]

5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 981.558/RS, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 29/10/2018)

Registre-se, a propósito, que o órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todos os pontos suscitados pelas partes, mas apenas sobre os considerados suficientes para fundamentar sua decisão, o que foi feito na hipótese.

Por sua vez, no que se refere à alegação de ausência de intuito protelatório na oposição dos embargos de declaração, de fato, o acórdão estadual aplicou a multa após a oposição dos terceiros embargos de declaração pela parte agravada.

No ponto, cabe observar que o Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência no sentido de que é correta a aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC/2015 (art. 538, parágrafo único, do CPC/1973), quando as questões tratadas foram devidamente fundamentadas na decisão embargada e ficou evidenciado o caráter manifestamente protelatório dos embargos de declaração.

Veja-se:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE E ERRO MATERIAL. EMBARGOS REJEITADOS. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1026, § 2º, DO CPC.

1. Os embargos de declaração objetivam sanar eventual existência de obscuridade, contradição, omissão e/ou erro material no julgado (CPC, art. 1022), sendo inadmissível a oposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, mormente porque não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide.
2. Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa de 1% sobre o valor atualizado da causa, nos moldes do artigo 1026, § 2º, do CPC. (EDcl no RO n. 109/RJ, Relator o Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, Quarta Turma, DJe de 20/2/2017).

Constata-se que, na hipótese, o Tribunal de Justiça, ao rejeitar os embargos de declaração opostos pela parte agravante, deixou claro que o intuito da parte foi rediscutir questão já decidida nos dois primeiros aclaratórios e devidamente apreciada, ficando evidenciada a intenção procrastinatória do recurso.

Assim, para rever a conclusão assentada nas instâncias ordinárias, seria necessário nova incursão nas premissas fáticas do processo, o que é vedado em recurso especial, nos termos da referida Súmula 7/STJ.

Ademais, a alteração do entendimento do TJRS acerca da impossibilidade de inclusão na partilha do veículo IOM 4101, inclusive por já ter sido objeto de incomunicabilidade entre as partes, bem como da partilha das dívidas contraídas, demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que não se mostra possível nesse momento recursal, em razão do óbice da Súmula 7 do STJ.

Impende registrar que, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a incidência da Súmula 7 do STJ impede o conhecimento do recurso lastreado, também, pela alínea *c* do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso.

Ante o exposto, conheço do agravo de N.B. para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte recorrida em R\$ 200,00 (duzentos reais).

Publique-se.



# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 22 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator